

Empregado doméstico e patrões mais protegidos

Se três projetos que transitam atualmente no Senado, e fazem parte da campanha "Legalize sua doméstica e pague menos INSS", forem aprovados, os empregados e empregadores domésticos poderão ter novos direitos.

Os projetos de lei, de autoria do ex-senador Rodolpho Tourinho, da senadora Serys Slhessarenko e do senador César Borges, propõem sete mudanças nas relações entre patrões e empregados.

Entre as propostas está a redução da contribuição ao INSS do empregado doméstico para alíquota única de 6%, e da contribuição do empregador, de 12% para 6%. Além disso, o projeto define que diarista é todo profissional que trabalha no máximo duas vezes por semana para o mesmo contratante e recebe o pagamento no dia da diária, sem vínculo empregatício, e passa a ter direito ao auxílio-acidente.

Além disso, os projetos pretendem que o empregador deduza no Imposto de Renda as despesas com plano de saúde que conceder ao empregado, e a eliminação da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa, para aquele que optar por depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Haverá também a criação de multa, que pode variar de R\$ 1 mil a R\$ 15 mil, para o empregador doméstico que desrespeitar os direitos trabalhistas. No dia 29 de junho terá início uma campanha da Organização Não-Governamental Instituto Doméstica Legal, que pede o apoio popular através do site www.domesticalegal.org.br/vote